



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Comissão de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 406/2021

PROPONENTE: Deputado ANGELUS FIGUEIRA

RELATOR: Deputado RICARDO NICOLAU

ALTERA a Lei 3.785 de 24 julho de 2012 na forma que especifica (DISPÕE sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, REVOGA a Lei n. 3.219, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências.)

I. RELATÓRIO

Cuida-se nesta Relatoria, da apreciação e emissão do Parecer Conjunto das Comissões de Assuntos Econômicos - CAE e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS, que trata do Projeto de Lei n. 406/2021, cuja iniciativa visa realizar uma série de alterações na Lei nº 3.785 de 24 julho de 2012 para viabilizar a dispensa e o licenciamento de atividades do setor primário, considerando as adequações no código florestal.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 1, 2 e 8 de setembro de 2021, não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Em 14 de setembro do corrente ano, foi aprovado em plenário o requerimento nº 4407/2021 solicitando Regime de Urgência à sua tramitação.

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para parecer acerca da matéria, tendo decidido de forma FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Nesta oportunidade, o projeto vem às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS para avaliação em parecer conjunto nos termos do Art. 132, II. Cabe, na qualidade de Relator, apreciá-lo quanto aos aspectos definidos no Art. 27, incisos II e IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Comissão de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

É o Relatório.

Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

a) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Assuntos Econômicos observar as despesas, receitas, orçamento e crédito do Estado do Amazonas, conforme observado o disposto no artigo 27, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Art. 27. [...]

II – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE: (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 682, de 6.12.2018)

a) matérias financeiras, tributárias, orçamentárias, empréstimos públicos, dívida interna e externa; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 682, de 06.12.2018)

b) análise de compatibilidade e adequação de proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 682, de 06.12.2018)

c) tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 682, de 06.12.2018)

d) acompanhamento quadrimestral da execução orçamentária, que deverá ser apresentado até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, analisando o perfil dos dispêndios e a observância dos percentuais legalmente estabelecidos para cada REGIMENTO INTERNO ALEAM I 2020 - 39 áreas da gestão pública; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 702, de 25.06.2019)

e) contas do Governador do Estado, dos Poderes e órgãos da Administração Pública estadual direta e indireta e de todos aqueles que gerenciem bens ou recursos públicos, notadamente quando houver indício de ilicitude; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 682, de 06.12.2018)





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Comissão de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

f) defesa dos direitos do contribuinte; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 682, de 06.12.2018).

A proposta em si, tem o objetivo de realizar uma série de alterações na Lei nº 3.785 de 24 de julho de 2012 para viabilizar a dispensa e o licenciamento de atividades do setor primário, que visa principalmente atender ao código florestal e demais instrumentos para o licenciamento ou a dispensa do mesmo.

Uma das alterações é a isenção do pagamento de taxas correspondentes a qualquer tipo de autorização ambiental expedida pelo IPAAM, aos Microempreendedores Individuais – MEI, que apresentarem no ato do licenciamento ambiental, Certidão de Enquadramento na Condição de MEI do ano vigente, no ato de abertura do protocolo do licenciamento ambiental.

A inclusão de um artigo que trata da Licença Ambiental por Adesão e compromisso visa proporcionar o licenciamento único e simplificado para atividades de médio impacto com grande relevância para a economia do interior do estado.

No que tange ao aspecto econômico, o projeto de lei apresentado não incumbe despesas ao Governo do Estado, tampouco onera o serviço público já existente, sendo assim, compatível com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor.

b) MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS

No que compete à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável analisar, entendo que o projeto encontra-se em consonância com o artigo 27, inciso IV do Regimento Interno nº 788, de março de 2021:

Art. 27. [...]

IV – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS:





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Comissão de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- a) planos, programas, projetos e atividades correlatas à proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- b) encaminhamento às autoridades competentes de denúncias relativas às agressões ao meio ambiente, em todas as suas formas de manifestação;
- c) promoção de diligências, inclusive com verificação in loco, visando apurar as causas de desequilíbrio ecológico ou degradação do meio ambiente no território amazonense;
- d) emissão de parecer sobre proposições e assuntos relativos ao meio ambiente, entre outros sua preservação, proteção, poluição, aspectos climáticos, fauna silvestre e prospecção e assuntos relativos à coleta, tratamento e deposição de lixo doméstico, hospitalar e industrial, aterro sanitário, recursos hídricos, recursos naturais e desenvolvimento sustentável;
- e) promoção, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, da divulgação de estudos e pesquisas, além da discussão através de seminários, palestras e encontros, para a abordagem do tema que envolva o debate de leis protetivas ao meio ambiente, biodiversidade e desenvolvimento sustentável;
- f) realização de campanhas educativas que objetivem a preservação do meio ambiente;
- g) outros assuntos correlatos;

Com a inclusão de novos artigos, o autor se preocupou em trazer certas condicionantes para a realização das atividades humanas que gerem ou que possam gerar impactos ao meio ambiente, deixando a cargo do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM os procedimentos e estudos simplificados para tal atividade.

No que se refere a Licença Ambiental por Adesão e compromisso, houve a necessidade de exigir pré-requisitos pela autoridade licenciadora, sendo um deles a obrigatoriedade de implantar e manter os controles ambientais para o exercício da atividade.





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Comissão de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A presente propositura tem como escopo constitucional e legislativo no que tange o meio ambiente, disposto no Art. 24, inciso VI e Art. 225 da Constituição Federal, in verbis:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;”

Não em sentido diferente, prevê nossa Carta Magna:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum o povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Nesse sentido, após verificar as questões abrangidas pelo projeto ora analisado, entendo não haver qualquer óbice ao ingresso da presente propositura no ordenamento jurídico estadual. A Licença por Adesão e Compromisso – LAC exige que as atividades já sejam conhecidas e de menor potencial ofensivo, portanto não trazendo riscos de desmatamento ou similares.

Assim, ao que compete a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apreciar, e em sintonia com a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento nos termos, na forma regimental.





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Comissão de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

III. VOTO

Em face do exposto, diante da relevância a manifestação é favorável à **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº. 406/2021, conclamando aos demais membros desta Comissão e ao Plenário desta Casa de leis, idêntico proceder.

S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de setembro de 2021.

RICARDO NICOLAU
DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - EM 28/09/2021 12:27:06
DERMILSON CARVALHO DAS CHAGAS - EM 28/09/2021 12:07:21
SAULLO VELAME VIANNA - EM 28/09/2021 11:59:24
ANGELUS CRUZ FIGUEIRA - EM 28/09/2021 11:57:14
LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 28/09/2021 11:40:04



Documento 2021.10000.00000.9.036965
Data 28/09/2021



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2021.10000.00000.9.036965

Origem

Unidade: DEP. RICARDO NICOLAU
Enviado por: LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU
Data: 28/09/2021

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
Aos cuidados de: ROGERIO OLIVEIRA DA SILVA

Despacho

Motivo: ENCAMINHAR
Despacho: PL 406/21